



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELÉM: IMPLEMENTAÇÃO, ENTRAVES E (RE)PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Welson de Sousa Cardoso¹

Roselene de Souza Portela²

Layse Inês Monteiro Maciel³

Ana Paula Francinete Ramos⁴

Luã Gustavo das Neves de Oliveira⁵

Alyne Lima da Silva⁶

Milcilene Magalhães da Silva⁷

Resumo: Este artigo objetiva analisar a política habitacional em Belém, com ênfase ao Programa Minha Casa Minha Vida. É uma pesquisa qualitativa baseada em análise documental. Os resultados apontam para um padrão de segregação que se configura nos empreendimentos do programa. (Re)produz uma dinâmica perversa e subalterna que afeta a população em seu direito à moradia.

Palavras-chave: Política Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; Equipamentos Urbanos; Segregação Socioespacial.

Abstract: This article aims to analyze the housing policy in Belém, with emphasis on the Minha Casa Minha Vida Program. It is a qualitative research based on documentary analysis. The results point to a segregation pattern that is configured in the program developments. (Re) produces a perverse and subaltern dynamic that affects the population in their right to housing.

Keywords: Housing Policy; My Home My Life Program; Urban Equipment; Socio-spatial segregation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o Programa Minha Casa Minha Vida em Belém, implementado pela Secretaria de Habitação do Município de Belém (SEHAB), a análise aqui pretendida se baseia nos primeiros resultados da pesquisa “O Programa Minha Casa Minha Vida no Estado do Pará na Produção da Segregação Socioespacial” desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), os dados aqui apresentados são resultantes da pesquisa documental realizada nos órgãos oficiais

¹ Professor com formação em outras áreas, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

⁶ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

⁷ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: cardosow5@gmail.com.

consultados e pela empiria levantada com a pesquisa, a fundamentação teórico-metodológica está ancorada na teoria social crítica a partir de autores que formulam na sociologia urbana.

Conforme afirma Cardoso (2017 p. 162), em Belém a construção de uma política habitacional mais estruturada é um processo que se inicia a partir de 1998 com a criação da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), portanto, bem antes da nova estruturação nacional em 2003/2005, contudo os municípios brasileiros majoritariamente tem uma grande dependência do Governo Federal para implementação de políticas públicas o que não é diferente na política habitacional. Assim o Programa Minha Casa Minha Vida implementado em Belém a partir de 2013 traz novo contorno a política habitacional.

Assim, este trabalho objetiva analisar o Programa Minha Casa Minha Vida em Belém, bem como relacionar as condições urbanísticas dos empreendimentos com a (re)produção da segregação socioespacial, evidenciando a problemática da padronização da política e a precarização da moradia nas periferias das cidades. Para fundamentar esta análise este artigo está estruturado em três seções que iniciam com uma abordagem sobre alguns dos principais elementos constituintes da origem da política habitacional no Brasil, seguindo para a especificidade da segregação socioespacial processada em Belém. Finaliza com algumas conclusões aproximadas.

2. A ORIGEM DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

A questão da habitação é histórica no Brasil, perpassando por diversos fatores sociais, ideológicos, políticos e ambientais. Tendo como marco histórico o surgimento da Revolução Industrial e conseqüentemente do Capitalismo, considerando como uma de suas conseqüências perversas o processo forçado de migração acentuado que se apresentava diretamente vinculado à substituição de mão de obra no meio rural, esta migração se deslocava para ocupar e buscar novas formas de trabalho nos centros urbanos, que de acordo com Ribeiro (2015), registrou os primeiros indícios do que viria a ser a desigualdade espacial e social.

Segundo Bonduki (2017), o problema da habitação, no Brasil, só passou a ter a atenção do estado em meados do século XIX, devido a expansão da cidade ocasionada pelo êxodo rural, assertiva que dialoga com o pensamento de Ribeiro (2015). Com o crescimento das atividades no meio urbano relacionadas ao complexo cafeeiro e posteriormente a instalação das fábricas e a geração de emprego e renda, muitas pessoas deixaram suas terras. Devido a isso, a concentração de trabalhadores impulsionou o agravamento da problemática, tendo em vista que na cidade não dispunha de equipamentos de infraestrutura e política de habitação que viesse atender a todos de forma igualitária, para

tanto se fazia fundamental a implementação de uma política de habitação que para além de atender as demandas da população contribuísse para o desenvolvimento econômico por meio da geração de emprego e renda.

Tal qual um estopim, a crise de 1929, a qual ficou conhecida como “A Grande Depressão”, ocasionada pela superprodução Norte Americana, atingiu diretamente as relações de exportação do café no Brasil, visto que na época os Estados Unidos, era um dos seus principais compradores. Mediante a isso, o governo brasileiro, como estratégia, comprou toneladas de café, tendo estas sido queimadas com intuito de equilibrar a oferta e o valor no mercado.

A repercussão no país dos impactos da crise aumentaram as dificuldades na cidade, já que, além do desemprego, a falta de moradia adequada fomentava para a desigualdade social e o aumento da violência, todavia, apesar do momento turbulento a “segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres da deterioração” (BONDUKI, 2017, p. 28), assim já os aproximava também dos serviços urbanos disponíveis na época.

De acordo com Ribeiro (2015), essa apropriação do espaço para fins de moradia se dá de modo diferente a medida em que as diferenças de classes se definem, logo a forma de acesso às estruturas da cidade também vão tornando-se restritas. Para a autora, outro fator contribuinte está relacionado à divisão social e espacial do trabalho, isto quer dizer, de acordo com o processo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, estes passarão a cumprir determinados papéis sociais, econômicos, políticos, e culturais, assim esse amálgama de papéis imposto aos indivíduos, não é uma condição aleatória, a intencionalidade desta heterogeneidade ocorre em prol do fortalecimento do capital, conseqüentemente, a reprodução do sistema capitalista se mantém. Tal qual nos alerta Harvey (2011), que há uma voracidade do capital em apropriar-se ou beneficiar-se com a expansão urbana, isto ocorrera em diversas regiões do mundo, e no Brasil, não foi diferente. Ainda na chamada Era Vargas é possível atestar alguns movimentos nesta direção.

Considerando o desenvolvimento em série e os aglomerados habitacionais que surgiam, durante 1930, o governo Vargas pôs em cena o assunto da habitação, onde devido a concentração que se formava de trabalhadores mal alojados e a falta de saneamento, esse agregado de pessoas se tornou um problema grave à saúde pública. Tendo em vista que naquele período não havia nenhuma política pública de habitação por parte do estado que atendesse a esse público, os trabalhadores, encontravam abrigo nos cortiços e bairros operários localizados nas regiões periféricas das cidades, já que, apesar das precárias

condições estruturais eram os aluguéis mais baratos, considerando o valor do salário que recebiam.

Bonduki (2017) afirma que foi a incidência de doenças epidêmicas que estimulou para a criação de casas populares com financiamento público, com a finalidade de se extinguir os cortiços e vilas, considerados ameaça à vida por causa dos riscos que estavam expostos pela alta insalubridade. Como um processo de higienização popular, a intervenção estatal se dava de modo autoritário, culpando o indivíduo pelo problema. Além de conferir sobre ele padrões de comportamento, asseio e de hábitos cotidianos.

Com tudo, ainda que propagassem tal visão moralista e preconceituosa, contribuiu para que se fosse pensado uma alternativa que atendesse a população de baixa renda no alcance da casa própria. Esse estímulo agradou a elite da época, pois, de acordo com Bonduki (2017), era uma possibilidade de acabar com os cortiços no centro urbano, propondo um modelo de embelezamento da cidade, assim como segregar o trabalhador na periferia, reduzindo os custos com aluguel além de aumentar a distância entre as classes sociais, fomentando ainda a ideia do valor sobre a terra e aos equipamentos e serviços disponíveis, tendo prioridade em usufruir aqueles que poderiam pagar.

Contemplando o cenário brasileiro, na busca por uma saída da crise econômica, se observou que só investindo no mercado da construção civil seria uma alternativa, estimulando a produção de conjuntos habitacionais de baixo custo, daria uma possível abertura para a geração de emprego e renda, além de retirar muitas famílias do aluguel.

Com isso, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, destinado à provisão de moradias para a população de baixa renda. Considerando difícil atender a demanda habitacional sem levar em conta as questões físicas e estruturais dos locais a serem implementadas as casas, a FCP foi extinta no período de 1964, dando abertura para uma nova proposta política de habitação no Brasil, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa nova política tinha como objetivo atender não apenas a população de baixa renda, mas contribuir para a provisão de novos empregos a partir do investimento na construção civil. O BNH teve grande êxito durante o período em que esteve atuante, mas teve seu fim no ano de 1986, provocando com isso uma desestrutura institucional da política habitacional fragmentando-a para vários órgãos institucionais, resultando em uma concentração municipal da política (BONDUKI, 2017).

Desde o término das suas atividades a questão habitacional ficou sob atuação da Caixa Econômica Federal (CEF), sendo considerada, segundo Ribeiro (2015), uma grande perda na área da habitação, já que não era o seu foco principal. Após anos sem uma política atuante, foi somente no mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2009,

que foi criado um programa que viesse atender a população baixa renda: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV, tinha como objetivo dar um impulso à produção habitacional, ampliar a oferta de moradia para a população que possuía renda até três salários mínimos, mas, sobretudo, se constituiu numa estratégia anticíclica de enfrentamento da crise econômica internacional que eclodiu em outubro de 2008 nos Estados Unidos, após o boom imobiliário, a profecia se concretiza e são exatamente os trabalhadores da construção os mais afetados, os mesmos que vão ser atingidos pelo desemprego. (CARDOSO, 2017, p. 130)

Na ocasião foi lançada a meta de produção de um milhão de unidades habitacionais. Uma porta aberta para as incorporadoras multiplicarem seu capital, “não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que este não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações” (ROLNIK, 2015, p. 305).

O programa já atendeu milhares de famílias brasileiras, no alcance da casa própria. Porém, observa-se que os conjuntos implementados pelo PMCMV têm se concentrado em locais considerados áreas periféricas, já que estão distantes do aglomerado urbano. Tal situação influencia diretamente na vida das famílias que passam a habitar nesses empreendimentos, haja vista que as dificuldades de deslocamento, acesso aos equipamentos urbanos, serviços públicos e privados se torna mais reduzido. Além de contribuir para o fortalecimento da desigualdade, produção e reprodução da segregação socioespacial entre a classe trabalhadora e a burguesia.

2.1 O desenvolvimento da Política Habitacional no Pará e o Programa Minha Casa Minha Vida

O que justificou o desenvolvimento de políticas habitacionais foi o processo de crescimento desenfreado que a Região Metropolitana de Belém (RMB) passou a partir do final do século XX. O que desencadeou, com esse crescimento, as diversas ocupações de terra desde meados da década de 1970 e se prolongou até os anos 1990. Segundo Santana (2011, p. 112), na década de 1990 já existiam no Estado do Pará cerca de 262 áreas que foram “provenientes de ‘invasões’ de terra, envolvendo 111.299 [...] famílias que se concentravam, em sua maioria, nos municípios de Belém, Ananindeua e Benevides”.

No Estado do Pará, a política habitacional é desenvolvida pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA). A COHAB-PA, desde a sua criação em 1965, implementou no estado uma política habitacional que esteve sempre atrelada às definições do sistema nacional então existente, onde o papel do município era secundário até a promulgação da Constituição Federal de 1988 que reformulou o pacto federativo no Brasil

atribuindo aos municípios autonomia administrativa, tornando-se entes federados equiparados aos Estados, União e Distrito Federal. Desta forma, discorrer sobre as ações executadas pela COHAB/PA ilustra a política habitacional, na RMB e na capital (CARDOSO, 2017).

A COHAB/PA foi criada em 13 de abril de 1965 pela Lei N° 3.282/65, no contexto de estruturação das políticas públicas para o setor habitacional, pelo governo Federal, nesse período, criou-se também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

A atuação da COHAB no Estado do Pará tinha desde o início de sua criação o objetivo de promover a habitação social, para o atendimento exclusivo da população de baixa renda, ou seja, com rendimento igual ou inferior a três (03) salários mínimos. Mediante suas atribuições para o cumprimento de tal objetivo, a COHAB/PA tem a função de: planejar e executar programas de habitação popular no Estado do Pará; adquirir, vender e urbanizar terrenos a serem utilizados em programas habitacionais; produzir e comercializar unidades Habitacionais de Interesse Social (HIS), obedecidos os critérios e as normas estabelecidas pela legislação federal e estadual; exercer a atividade de construção civil, atuando diretamente ou através de terceiros; e apoiar programas e projetos de desenvolvimento comunitário necessários à implantação e manutenção dos seus conjuntos habitacionais (CARDOSO, 2017).

Atualmente, a Companhia vem atuando prioritariamente em ações de enfrentamento à precariedade habitacional com o programa de melhoria habitacional intitulado “Cheque Moradia”, cujo mecanismo de implementação ocorre por transferência direta de renda, realizada por meio da entrega do cheque às famílias beneficiadas, cujo valor se constitui em renúncia fiscal de impostos estaduais beneficiando os fornecedores de material de construção estabelecidos no estado. Tal programa tem problema em sua concepção, pois não prevê a assistência técnica às famílias nem recursos para mão de obra.

Com o processo de urbanização e descentralização das gestões, os municípios passaram a ter mais autonomia para trabalhar a política, podendo considerar aspectos particulares no desempenho da Política de Habitação, a exemplo do município de Belém que, em articulação entre Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e a COHAB além do Cheque Moradia, dispõe também do Cheque Municipal de Moradia, onde é disponibilizado um determinado valor para contribuir no pagamento da mão de obra.

Contudo, no que se refere ao PMCMV, tendo em vista a descentralização da política, na ocasião o programa vem sendo executado pela Secretaria Municipal de

Habitação dos Municípios (SEHAB) por meio da distribuição de recursos federais, não tendo vínculo direto com a COHAB para o desempenho da mesma.

3. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELÉM

Belém foi fundada ainda em 1616, pelos portugueses e foi se desenvolvendo a partir das margens do Rio Guajará, ponto estratégico para proteção e demarcação de território. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, hoje o município conta com aproximadamente 1.381.475 habitantes vivendo na região urbana e compreende 11.924 habitantes na zona rural, totalizando 1.393.399 de habitantes.

Santana (2011) registrou que, nos anos de 1990, Belém foi arena de outro tipo de luta pelo direito à moradia, que foram as “invasões” focadas em conjuntos habitacionais, que fez parte de uma articulação nacional para chamar atenção do Poder Público para a problemática do direito à moradia que se fazia urgente com o passar dos anos.

Apesar de o programa ter sido criado em 2009, foi apenas em 2013 que o município realizou as primeiras inscrições para o programa. O PMCMV em Belém tem sido subsidiado pela Secretaria Municipal de Habitação-SEHAB. Considerando o desenvolvimento de acordo com as faixas, em Belém as unidades habitacionais compreendem a Faixa 1 do programa, onde são cadastradas famílias de baixa renda, com renda de até R\$ 1.800,00 reais. Além dos critérios a nível nacional do programa, o município conta com mais três critérios locais, medida esta, prevista em lei embasada pela Portaria Nº 163, de 06 de maio de 2016, onde dispõe sobre o manual de instruções para seleção de beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no que tange ao Programa Minha Casa Minha vida.

Considerando o exposto, o Decreto Nº 85.996-PMB, de 23 de junho de 2016 apresenta:

Art. 1º Ficam definidos como critérios adicionais locais para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no âmbito do Município de Belém, aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, como consta da Ata de reunião realizada em 18 de abril de 2016:

I -Famílias que habitam ou trabalham a no máximo 5 (cinco) km de distância do centro do empreendimento;

II -Famílias residentes no município a no mínimo 3 (três) anos, a ser confirmado com a apresentação de comprovante de residência;

III -Famílias em situação de coabitação involuntária, a ser comprovada por autodeclaração do candidato.

Além da atuação direta da Secretaria Municipal de Habitação de Belém esta também estabeleceu parceria com a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)

para desenvolver empreendimentos no âmbito do Programa, conforme demonstra Cardoso (2017) na Tabela 01, a seguir.

Tabela 01: Empreendimentos do PMCMV – FAR com parceria da COHAB/PA na RMB

Empreendimento	Município	Unidades Habitacionais	Investimento Total*	Situação
Residencial Uirapuru	Ananindeua	304	18.911.382,05	Concluído
Quinta dos Paricás	Belém	2.720	169.041.042,00	Em andamento
Tenoné II - 1ª Etapa	Belém	384	27.522.072,07	Em andamento
Tenoné II - 2ª Etapa	Belém	96	9.521.367,48	Em andamento
Viver Melhor Marituba	Marituba	4.000	296.000.000,00	Em andamento
Total	-	7.504	520.995.863,60	-

Fonte: GEPOL-COHAB/PA (Ago./ 2016).

(*) Investimento Total considerando recursos federais e estaduais, sendo estes últimos em aporte financeiro e/ou doação de terreno.

A referida tabela demonstra o número de empreendimentos construídos na Região metropolitana de Belém (RMB), o que reforça a perspectiva aqui defendida do protagonismo da cidade de Belém na concentração de tais equipamentos.

3.1 As condições urbanísticas dos empreendimentos e a (re)produção da segregação socioespacial

O processo de segregação socioespacial, segundo Pretecielle (2003), se estabelece a partir do século XIX com o surgimento da industrialização, tomando como referência as cidades Francesas, a qual se constitui pela apropriação das melhores localizações residenciais das categorias superiores, que a partir dos preços imobiliários impossibilitam a classe trabalhadora de ocupar tal espaço, traçando uma vinculação entre segregação residencial e desigualdades.

(...) É o princípio dessa hierarquização dos preços fundiários e imobiliários que produz, em primeira instância, a hierarquização das posições sociais dos espaços residenciais, conduzindo, ao final da cadeia, à concentração dos mais pobres nos espaços mais desvalorizados". (PRETECEILLE, 2003, p. 37-38).

Essa segregação que nasce no período da industrialização se firma e se fortalece no processo histórico da produção capitalista, que constitui uma cidade permeada de contradições sociais e, que segundo Cardoso (2017), expressa as condições precárias de

vida e trabalho que milhões de trabalhadores são submetidos ao passo do que se apresenta como desenvolvimento social, estrutural e econômico, sendo esse fenômeno em escala mundial.

No Brasil, o padrão periférico e de precarização das moradias populares vem se reproduzindo, em larga escala, nas cidades nestas últimas décadas, o que impõe articulações entre a oferta de financiamentos imobiliários e promoções públicas habitacionais com estratégias eficientes de acesso às terras infraestruturadas, inseridas nas cidades, de tal maneira que os benefícios da vida urbana sejam acessados democrática e igualmente.

Colocando em evidência que a questão da moradia está para além da ação de habitar em um espaço, mas relaciona-se com a subjetividade do indivíduo, a forma como ele interage com a cidade, seus equipamentos e serviços. É, nessa perspectiva que se faz importante analisar essa interação entre os empreendimentos correlacionando às necessidades básicas da população no que tange ao acesso de creches, hospitais, comércios, entre outros serviços. Esse questionamento se torna evidente ao considerar de acordo com Escobar (2017), que a vitalidade urbana, o mínimo social, o acesso, etc., tratam da possibilidade de as populações vivenciarem a cidade a partir de acesso a equipamentos e serviços.

Atualmente o município conta com onze (11) empreendimentos, posto que, quatro (04) desses já foram entregues; seis (06) ainda estão em obras; um (01) foi entregue parcialmente, sendo que ainda no primeiro semestre de 2019 haverá a entrega de outras unidades do mesmo (SEHAB/PMB, 2019).

Os empreendimentos hoje construídos em Belém localizam-se em bairros considerados periféricos, por se encontrarem distantes dos centros comerciais, além de considerar estarem em processo de expansão da malha urbana, o que contribui a longo prazo para possíveis inserções de determinados serviços públicos e/ou privados como: escolas, unidades de saúde, feiras, departamento policial e outros. No entanto, até que venha se concretizar a inserção de tais serviços, a população que habita nos empreendimentos do PMCMV se vê obrigada a conviver com a falta dos mínimos básicos de serviços públicos de que necessitam.

Villaça (1998, p. 143) afirma que:

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. (VILLAÇA, 1998, p. 143).

Frente a isso, Escobar (2017) define que a segregação pode se apresentar por meio de fatos subjetivos e objetivos, sendo que esses fatos podem acontecer de forma conjunta, como ao construir uma rodovia, a qual separa uma parte da cidade da outra, e poderá ser um meio para gerar a segregação ou pelo menos induzir a ela. Para além disso ela expressa que a segregação não é algo natural, mas construída socialmente, nos espaços de luta que regem a sociedade.

4. CONCLUSÕES APROXIMADAS

O processo de expansão urbana que a Região Metropolitana de Belém (RMB) passou a reproduzir a partir do final do século XX desencadeou um crescimento desordenado, agravado pela oferta precária dos equipamentos urbanos e da insuficiente disponibilidade de serviços públicos nas áreas periféricas. Áreas, estas onde o fenômeno da ocupação de terras se espalhou desde meados da década de 1970, e se prolongou até os anos 1990 sem o acompanhamento de uma produção habitacional que atendesse o crescimento populacional, aumentando o déficit habitacional. Associado tanto quanto impulsionado por outro fenômeno a segregação socioespacial.

A segregação socioespacial não se constitui como um problema isolado, mas diretamente afetado por um processo histórico perverso, atrelado às crises do capital, e a transformação da moradia em mercadoria, como nos alerta Rolnik (2015). Assim, em Belém verifica-se que o problema da moradia permanece em função de que a produção habitacional em si, não é suficiente para sua solução, mas ao lado da produção de habitação faz-se necessário a oferta de equipamentos públicos e serviços coletivos, além da oferta de mobilidade urbana com transporte público de qualidade nas áreas onde se localizam esses empreendimentos populares.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7ª Ed. São Paulo: Estado Liberdade, 2017, p. 352.

BELÉM, Diário Oficial do Município. **DECRETO Nº 85.996-PMB, DE 23 DE JUNHO DE 2016**. Dispõe sobre os critérios adicionais locais para a seleção de candidatos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Disponível em: <<http://www.cohab.pa.gov.br/informa%C3%A7%C3%B5es-gerais>> Acesso em: 27/05/2019

CARDOSO, Welson de Sousa. **Mercado imobiliário e verticalização de empreendimentos residenciais na produção da segregação socioespacial em**

Belém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

ESCOBAR, Fernanda de Bittencourt. **A política nacional de habitação e a localização espacial dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre/RS.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Município de Belém 2011.** Belém: IBGE, 2011. Disponível em: <http://belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2019.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** (reimp.). São Paulo: Centauro, 2010.

LIMA, Marcia Azevedo de. **Padrões espaciais de localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: impactos na qualidade da habitação social e satisfação dos moradores.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PRETECEILLE Edmond. **A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas,** Caderno CRH, Salvador, n. 38, v. 16, p. 27-48, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.?id=142>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

RIBEIRO, Nádya Oliveira Vizotto. **Espaço urbano e segregação social: o cotidiano dos moradores em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.** Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015.